



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
COLÉGIO DE DIRIGENTES
Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES
27 3357-7500 – ramal 2044 / 2013

Ata da reunião ordinária do Colégio de Dirigentes do Ifes 15 de julho de 2016

No dia quinze de julho de dois mil e dezesseis reuniu-se, o Colégio de Dirigentes do Instituto Federal do Espírito Santo, às dez horas, no Salão de Reuniões da Reitoria, sob presidência do Reitor Denio Rebello Arantes, com a presença dos seguintes membros: da Pró-reitoria de Administração, sr. José Lezi Ferreira; da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional, sr. Ademar Stange; da Pró-reitoria de Ensino, sra. Araceli Verônica Flores Nardy Ribeiro; da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, sr. Márcio Almeida Cói; da Diretora do Centro de Referência em Formação em Educação a Distância, sra. Vanessa Battestin Nunes; da Diretoria de Gestão de Pessoas, sra. Danusa Simon Robers; da Diretoria Executiva, sr. Mauro Silva Piazzarollo; da Diretoria de Tecnologia da Informação, sr. Joubert Alexandrino de Souza; da Diretoria do Polo de Inovação Vitória, sr. Marcelo Lucas Pereira Machado; do campus Alegre, sr. José de Mello Sobreira; do campus Aracruz, sr. Hermes Vazzoler Júnior; do campus Barra de São Francisco, sr. Jean Rubyo de Oliveira Lopes; do campus Cachoeiro de Itapemirim, sr. Carlos Cesar de Oliveira Bettero; do campus Cariacica, sr. Lodovico Ortlieid Faria; do campus Colatina, sr. Luiz Braz Galon; do campus Guarapari, sr. Ronaldo Neves Cruz; do campus Itapina, sr. Tadeu Rosa; do campus Linhares, sra. Poliane dos Passos Almeida; do campus Montanha, sr. André dos Santos Sampaio; do campus Piúma, sra. Cláudia da Silva Ferreira; do campus Santa Teresa, sr. Moacyr Antônio Serafini; do campus Serra, sr. José Geraldo Neves Orlandi; do campus Venda Nova do Imigrante, sr. Aloísio Carnielli; do campus Vila Velha, sra. Denise Rocco de Sena; do campus Vitória, sr. Hudson Luiz Côgo. O Presidente abre a reunião e faz a leitura da minuta da pauta, com os seguintes itens: **1. Informes; 2. Aprovação da ata da reunião de 2 de junho de 2016; 3. Processo 23150.000022/2016/27 - Apreciação projeto para aquisição de livros digitais; 4. Processo 23155.000195/2016-03 – Solicitação de Alteração no Regimento Interno do Conselho de Gestão do campus Linhares; 5. Apresentação de proposta do regimento do comitê gestor de política de informação – relator Jonathan - campus Vila Velha; 6. Apresentação dos Dinters (Unicamp, UFRJ, UENF); 7. Alteração do Regimento Interno do Conselho de Gestão do Campus Guarapari; 8. Informes sobre situação da EaD e dos programas federais UAB e e-TEC; 9. Aprovação PDTI provisório.** Logo após, solicita alterar a ordem dos itens e diante da anuência dos presentes abre o **item 3** e passa a palavra para a servidora Norma que se apresenta aos demais como bibliotecária do campus Vitória e membro da comissão designada pela portaria 1.605 de 12 de agosto de 2014 que tinha o objetivo de elaborar projeto de aquisição de livros digitais para as bibliotecas do Ifes. Informa os demais membros da comissão: Luciana Aline Marcena Carvalho – Campus Vitória, Gabriela Pereira da Silva – Campus Venda Nova Do Imigrante, Paulo Roberto Borghi Moreira – Campus Guarapari; Aline Freitas da Silva – Cefor e José Renato Giuberti Junior - Dti. Relata que uma das justificativas para a criação da comissão é a intenção do Ifes em adquirir livros digitais cuja aquisição é completamente diferente do processo utilizado para os livros físicos. Apresenta o objetivo geral e os específicos da comissão, ou seja, os critérios que nortearão a aquisição de livros eletrônicos para todas as bibliotecas do Ifes, inclusive o

Cefor. Apresenta as vantagens dos livros eletrônicos: não são perdidos ou entregues com atraso, podem ser compartilhados em diversos dispositivos, não ocupam espaço físico e permitem anotações. Dentre as desvantagens, elenca: os poucos fornecedores, plataformas e modelos de negócios diferenciados, conservadorismo nos modelos de negócio, licença de uso e não de propriedade. Exemplifica os modelos de negócios mais utilizados no Brasil, dentre eles o modelo de negócio acesso perpétuo, expondo suas vantagens e desvantagens. Relata que o modelo de negócio de assinatura permite o direito de uso e não de propriedade, apontando as vantagens e desvantagens desse modelo. Declara que a contratação dos livros eletrônicos será feita pela Lei 8.666, na modalidade inexigibilidade. Destaca as instituições de ensino que já adquiram livros digitais, por exemplo, UNB, UFES e UFRJ, apresentando o modelo de negócio escolhido por cada uma delas, bem com o valor de cada contrato. Relata que as distribuidoras são pouquíssimas, definindo, os livros digitais, como um monopólio de empresas multinacionais, destacando também que, somente uma pequena parcela dos livros disponíveis em um pacote será efetivamente utilizada. Acrescenta que dependendo do pacote, os livros digitais não contemplam a necessidade de um PPC, atingindo, no máximo 20 por cento, de acordo com os estudos iniciais. Relata que apesar das bibliotecas defenderem a pluralidade de acesso, as editoras restringem o gerenciamento das coleções por meio do direito de uso. Revela que devido a situação relatada e pela amplitude das áreas do conhecimento não há possibilidade de se contratar uma única distribuidora, apresentando, a seguir, tabela que especificam as principais fornecedoras /distribuidoras de livros eletrônicos, seus modelos de negócio, de conhecimento, a quantidade de títulos, formas de acesso, empréstimo, recursos e valores. O Presidente relata que encaminhará o material para que os dirigentes possam analisá-lo detalhadamente. Ao ser questionada pelo diretor Carnielli se o modelo escolhido for o de assinatura haverá a necessidade de se renovar a cada ano, a servidora Norma responde que sim. O Presidente informa que é prática da instituição, ao elaborar um PPC, não pesquisar os exemplares disponíveis na biblioteca, e que por isso, os livros já adquiridos não são suficientes. Destaca que é a instituição que define quais os livros constarão no PPC, e que por isso, deve-se considerar o catálogo disponível na biblioteca para a elaboração do PPC, possibilitando que todos os livros estejam em catálogo. Argumenta que, caso seja possível elaborar um PPC com todos os livros do catálogo, será um benefício para a instituição adquirir os livros virtuais, caso contrário, não compensa investir o valor alto para uma utilização limitada. Relata que essa informação é fundamental para se chegar a uma decisão, uma vez que, caso o valor a ser pago seja R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), e os PPC's forem elaborados a partir do catálogo, o investimento será baixo diante dos benefícios. Ressalta ser essa a principal questão, ou seja, como resolver a divergência entre os PPC's e os catálogos. Ao ser informado pela pró-reitora Araceli que o MEC aceita uma base de livros totalmente digital, o Presidente solicita que se verifique se a bibliografia dos PPC's podem ser supridas pelo catálogo dos livros digitais, ressaltando que, caso isso seja possível, a compra de livros físicos será a exceção. Relata que tal possibilidade permitirá um acesso ilimitado de usuários que poderão utilizar o recurso nos mais diversos lugares e por meio de diversos suportes, definindo tal situação como a real democratização de uso da biblioteca. Destaca que não se deve considerar adquirir livros digitais para bibliografia complementar, uma vez que, o custo-benefício seria muito baixo e sugere que a questão seja também discutida no Cepe. A servidora Norma informa a pró-reitora Araceli que é possível obter a lista de livros de cada catálogo digital. O Presidente relata que não precisa fazer um estudo dos PPC's de todos os cursos, justificando que pode-se concentrar os estudos, inicialmente, em dois cursos, solicitando que uma comissão constituída pelo Cepe faça a análise, ou seja, a possibilidade de ter uma biblioteca digital que atenda totalmente a bibliografia dos PPC's. O diretor Hermes relata que, no interior, a inclusão de alguns alunos só acontece quando estes estão na escola, pois esse espaço

possibilita o acesso à internet. Reconhece que a expansão do ensino a distância é irreversível e que a biblioteca virtual será o padrão, no entanto, questiona se todos os alunos do Ifes terão condições de se inserir na democratização de acesso. O Presidente relata que esse problema é mais de caráter legal, de patrimônio de itens, uma vez que, um leitor custa aproximadamente 200 reais, e até agora, ninguém os utilizou. O diretor Hermes relata que, inicialmente, campi, principalmente aqueles do interior, terão dificuldades, uma vez que não há uma rede de internet e não há espaços suficientes para os alunos. O Presidente relata que, a ausência de livros físicos abre a possibilidade de se criar espaços para atender os alunos. O dirigente Jean questiona se, com a biblioteca virtual, somente os alunos terão acesso, uma vez que, por meio da biblioteca tradicional, qualquer pessoa da comunidade pode utilizar um livro. O Presidente responde que o acesso em qualquer local será exclusivo para os alunos, mas que a comunidade pode acessá-los na instituição, por meio do servidor. A dirigente Vanessa revela a possibilidade de se diminuir a quantidade de livros físicos para os alunos mencionados pelo dirigente Hermes, por meio de uma biblioteca mista. Acrescenta que a questão do patrimônio é um impedimento legal, mas que, por meio de recursos oriundos da assistência estudantil, o aluno poderá adquirir o suporte eletrônico para utilizar os livros digitais. Ao ser questionada pelo dirigente Ronaldo, a servidora Norma informa que a impressão depende da distribuidora, sendo que, pode variar de 15, 50 e até 100% do exemplar. O dirigente Ronaldo, tal qual o dirigente Hermes, expõe as dificuldades dos campi fora dos grandes centros, sugerindo que se faça uma experiência em cursos ofertados em vários campi. O Presidente confirma a intenção de se realizar um estudo pelo Cepe pelo qual se pretende verificar a viabilidade de se montar uma biblioteca digital que contenha todos os títulos de um PPC, destacando que a partir dos resultados, o assunto será novamente discutido no Colégio de Dirigentes. Agradece o trabalho realizado pela servidora Norma e pela comissão. Abre o **item 5** e relata que foi criada uma legislação que obriga as instituições a ter controle das informações por elas produzidas, e que por causa da exigência legal, foi designada uma comissão que elaborou o regimento do comitê gestor cuja função é de controlar o processo, exercendo uma espécie de governança. Passa a palavra para o servidor Jonathan, que após cumprimentar os presentes, agradece o apoio dos dirigentes ao liberar, no ano passado, os servidores de seus respectivos campi para o workshop e demais encontros, destacando que a participação dos servidores foi importantíssima para os trabalhos realizados. Apresenta as motivações para a execução dos trabalhos, dentre elas, uma norma técnica da CGU e a resolução do Conselho Superior nº 10/2014. Apresenta as diferenças entre a política de segurança de informação e a política da utilização de recursos de tecnologia da informação, além de apresentar normas da política para áreas específicas. Tal qual organograma apresentado, destaca as atividades realizadas, ou seja, a criação do CGSI, o workshop e treinamento in-company, realizado no campus Vila Velha. Apresenta a proposta de regimento, destacando a composição, formada por representantes de todas as áreas, justificando que a escolha deles se deve ao conhecimento da parte fim. Detalha a competência do CGSI, exemplificando encaminhamentos futuros após a aprovação, isto é, efetivar a segurança da informação por normas e procedimentos, e, conseqüentemente, tornar a segurança da informação uma cultura organizacional, e coloca-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. A pró-reitora Araceli relata que a capacitação foi muito elogiada. O diretor Carnielli solicita que esse regimento torne-se público e transparente o mais rápido possível. O Colégio de Dirigentes aprova, por unanimidade, a proposta do regimento do comitê gestor de política de informação. O dirigente Joubert destaca que esse é o resultado de seis anos de trabalho e que dentre seus pilares está a segurança de informação. O Presidente destaca que serão solicitados aos dirigentes nomes de servidores para comporem a comissão, agradece ao servidor Jonathan pelo trabalho realizado, destacando que é sempre muito difícil ser o pioneiro na elaboração de uma norma. Abre o **item 2** e o Colégio de

Dirigentes, por unanimidade, aprova a ata da reunião do dia 02 de junho de 2016. O Presidente abre o **item 8** e passa a palavra a diretora Vanessa que relata sobre a institucionalização da UAB. A dirigente declara que o GT foi destituído a partir da exoneração dos responsáveis pela área na Setec. Acrescenta que essa situação já era prevista e que por isso foi apresentado ao Forplan uma proposta de matriz orçamentária que foi aprovada. A partir da aprovação, revela que o GT iniciou seus trabalhos, por meio de discussões a distância e também por duas reuniões presenciais, relatando que a partir desses encontros foi possível elaborar um plano de trabalho para a institucionalização da UAB, o qual foi aprovado ontem no Conif. Relata que a proposta da matriz orçamentária não pode ser realizada em 2.017, pois é necessário fazer a diferenciação entre ensino e fomento, e em virtude da impossibilidade de se realizar essa tarefa via Sistec, foi feita uma proposta alternativa. O Presidente revela que a partir da proposta apresentada pela dirigente Vanessa, o valor da matriz orçamentária para Ead, que era de 26 milhões, aumentou para 102 milhões, ressaltando que aqueles campi que têm alunos a distância receberão mais recursos. A dirigente Vanessa acrescenta que a proposta alternativa, que foi entregue ao Conif, é ainda melhor, mas precisa da alteração no Sistec para sua implementação. Relata a realização de reunião da UAB pela qual todos os cursos do Ifes, nessa modalidade, foram aprovados, acrescentando que a quantidade de bolsas será inferior e que por isso, as equipes têm de adequar a metodologia de trabalho às novas ofertas. Solicita que os campi apresentem alternativas, ressaltando que as ofertas têm que começar até em 2016/2, pois a partir dessa data, o início será em 2018. Relata que o início em 2016/2 é um grande risco, mas revela que cada caso será tratado individualmente, destacando que, aqueles campi que tiverem a pretensão de ofertar UAB, mesmo que seja em 2017, têm que se manifestar o mais rápido possível. Sobre a E-tec, relata que a equipe ainda é nova e que o fórum de coordenadores solicitou uma reunião para se discutir o assunto. Revela que a Setec se comprometeu a honrar com seus compromissos referente aos cursos em andamento, mas não autorizará novos cursos, cabendo aos institutos federais a tarefa de reformular suas ofertas. Relata que a nova equipe da E-tec solicitou que fosse feita uma proposta nos moldes antigos e que se ignorasse a bolsa formação, assim, acrescenta que foi feito um planejamento com teto máximo que foi encaminhado a Setec, mas até o momento não foi aprovado. Informa que, apesar do andamento das obras estar um pouco aquém do planejado, no dia 11 de agosto será inaugurada a nova sede do Cefor, revelando que o prédio será branco e verde, destacando que o proprietário está instalando elevador. Convida a todos os presentes para a solenidade que se iniciará às 17 horas, e contará com um momento cultural e um cocktail, solicitando que o Presidente do Colegio ou o Presidente do Fórum agende reunião de um desses órgãos para esse dia, para que todos os dirigentes compareçam. Relata que a importância da data que coincidirá com o aniversário do Cefor, dia do estudante e os cinco anos do Educimat. Revela que nos dias 12 e 13 será realizado um evento científico do Concefor que terá como tema a formação em educação a distância, enfatizando a importância da participação dos servidores, pois esse é um momento de discussão que subsidiará decisões futuras, destacando a participação de palestrantes na área de formação e de Ead, além de mesa redonda. Ressalta que os Gt's discutirão e criarão propostas, destacando que o momento é de construção coletiva. O dirigente José Orlandi ao obter resposta negativa do Presidente ao seu questionamento de que matriz orçamentaria diferencia se o curso é com ou sem fomento, pergunta quais as vantagens e desvantagens dos tipos. A dirigente Vanessa responde que, pelo curso com fomento, o campus consegue um quantitativo maior de aluno, exemplificando que no GT o aluno à distância tem valor de 1,25 e o outro 0,85. Já no curso sem fomento, acrescenta que o campus se torna independente dos problemas políticos e possíveis cortes de orçamento. Destaca que a metade dos campi já tem polos, no entanto, a intenção é que todos os campi tenham. O Presidente abre o **item 9** e passa a palavra para o diretor Joubert que relata que desde a

elaboração do PDTI, foi necessário a realização de uma revisão e adequação as atuais demandas institucionais. Revela que um processo do campus Cariacica foi a justificativa e causa para a atualização do PDTI, ressaltando que, na próxima semana, serão encaminhadas planilhas para preenchimento dos campi, as quais fornecerão as informações para a atualização do PDTI. Agradece a receptividade dos diretores dos campi para com a equipe de implementação do SIG. Relata que foram selecionados 5 módulos como pilotos, os quais estão sendo utilizados pela reitoria, destacando que essa é uma das propostas para a implementação, ou seja, testar na reitoria, e depois implementar nos campi. Revela que o ressarcimento de plano de saúde já está sendo utilizado por meio do sistema SIGRH, e que a ferramenta memorando, que é bem simples e garante o envio de informações entre unidades, está sendo utilizada por meio do sistema protocolo; o módulo férias está bastante adiantado e o de transporte também. Destaca que a equipe, ao especificar a agenda de visitas aos campi, leva primeiramente em consideração a agenda do diretor-geral, especificando que essas ações constituem atividades de sensibilização institucional para com o sistema. O diretor Hudson questiona se existe a possibilidade de ressarcimento do plano de saúde sem a necessidade de ir ao campus, no caso dos pensionistas. O diretor Joubert responde que há sim, uma vez que todos os sistemas permitem o acesso remoto. O Presidente aproveita a oportunidade para prestar alguns esclarecimentos sobre a denúncia do MPF para a UFRN. Relata que, para que todos tenham uma percepção do que acontece e a participação do Ifes nessa questão, é necessário voltar uns 10 anos no tempo. Nessa época, relata que foi em Santa Maria para conhecer um sistema de gestão desenvolvido pela UFSM e que era utilizado pela Ufes, mas que a instituição não implantava o sistema que seria feito por uma empresa que deveria ser contratada pelo Ifes. Diante dessa situação, o Ifes desistiu do sistema, e algum tempo depois, soube-se do sistema desenvolvido pela UFRN. Relata que as negociações se iniciaram e que tal qual a UFSM, a UFRN revelou a necessidade de se contratar uma empresa para implementar o sistema, justificando que se o sistema não for instalado corretamente, seu funcionamento fica limitado. Declara que esse é um dos problemas enfrentados pela Ufes no uso do sistema da UFSM. Para a contratação da empresa, o Presidente explica que seria por meio da modalidade inexigibilidade, situação que gerou muitas dúvidas por parte do Ifes e as negociações foram paralisadas. Declara que após o período de um ano, o Ifes se aproximou novamente da UFRN, e desta vez, sem a exigência da empresa, o contrato foi realizado. Assim, esclarece que, o que está sendo questionado pelo MPF é a necessidade de contratação dessa empresa. O diretor Joubert relata que a próxima rodada de implementação contemplará os módulos de almoxarifado, acrescentando que, em sete dos campi que foram visitados, foram verificados uma infraestrutura de TI muito precária, destacando que há questões em TI a serem decididas e solicita uma reunião para tratar desses assuntos. O Presidente informa que convocará uma reunião para tratar do tema. A seguir, apresenta o professor Luciano Toledo, do campus Santa Teresa, que estava no MEC a há bom tempo, sendo o principal responsável pela política de inovação da rede, destacando sua participação no NEP, como diretor de inovação da rede. Relata que o professor Luciano atualmente está colaborando com a Agifes. O Presidente relata que foi aprovada por este Colégio uma cláusula de barreira que consta no edital do último concurso público, a qual pode ser suprimida por uma remoção de ofício, no entanto, ressalta que não faria nenhuma remoção de ofício sem a aprovação do Colégio, e nesse momento, há uma servidora, bibliotecária de Venda Nova do Imigrante solicitando remoção para Viana. O diretor Carnielli explica que a diretora Edna deveria apresentar o caso ao Colégio, no entanto, por ela estar com problemas de saúde, será o responsável por relatar a situação. Esclarece que a bibliotecária, nomeada no último concurso, está em Venda Nova do Imigrante e tem interesse em ir para Viana, destacando que deve-se fazer o possível para que o servidor esteja próximo da família ou com quem queira estar, e que para o campus de Venda Nova do

Imigrante não há qualquer problema. A pró-reitora Araceli relata que o fórum de biblioteca questiona porque será feita essa remoção para uma servidora em cláusula de barreira, uma vez que há três pessoas na lista. Explica que a bibliotecária do campus Cariacica iria para o campus Viana, e diante dessa possibilidade, outras pessoas se candidataram para a vaga que estaria disponível no campus Cariacica. Acrescenta que houve desistência da servidora em efetuar a remoção, e por isso, as servidoras queriam disputar a vaga do campus Viana, no entanto, souberam que ela seria preenchida pela servidora de Venda Nova do Imigrante e desta forma, querem explicações sobre os critérios. O diretor Lodovico relata que a servidora inicialmente solicitou a remoção por morar próximo ao campus Viana, e que em virtude disso, outras bibliotecárias se candidataram para ocupar a possível vaga. No entanto, a servidora Regina desistiu de ir para Viana, e para ele, diretor do campus Cariacica, os processos das candidatas à vaga do campus Cariacica foram, de alguma forma, extintos, visto que não há mais a vaga no campus. Ao ser questionado pela pró-reitora Araceli, o diretor Lodovico acredita que os processos foram devolvidos. O diretor Hermes relata que é necessário saber se os interessados solicitaram ir para o campus Viana, destacando que se deve ter um critério para que essas remoções não sejam interpretadas como questões pessoais, uma vez que respostas sem critérios geram muitos problemas, exemplificando que muitos servidores reclamam com a direção, culpando a gestão e a reitoria por esses ocorridos. A diretora Denise relata que a cláusula de barreira foi aprovada pelo Colégio, questionando as razões de se implementar uma cláusula que é constantemente ignorada, e que tal fato é dificilmente desassociado de um comportamento pessoal. O diretor Ronaldo informa que são situações diferentes, embora as condições sejam semelhantes, ou seja, a quebra de um acordo. Declara-se contrário a cláusula, justificando-se que a possibilidade dos diretores entrarem em um acordo é muito mais salutar para a instituição. Revela, a partir de uma conversa informal com o procurador, que a cláusula não é um impeditivo legal para uma remoção, no entanto, enfatiza a necessidade de critérios, pois sem eles, os problemas são maiores. O Presidente relata que a cláusula de barreira é impeditivo para remoção a pedido, destacando a legalidade do instrumento, no entanto, ressalta que o problema a ser discutido não é legal e sim político. Revela que esse assunto foi discutido no Colégio de Dirigentes e que apesar de seu posicionamento contrário, os dirigentes optaram por implementar a cláusula. Destaca a desmoralização institucional se o Colégio de Dirigentes for ignorar um critério por ele estabelecido seguidas vezes, ressaltando que essa é a questão a ser analisada, uma vez que, se tiver que analisar toda vez que surge uma situação como essa, é melhor retirar a cláusula de barreira. Destaca que essas situações permitem que as pessoas acionem a justiça pelo direito difuso, alegando que não se inscreveu em um concurso pela cláusula de barreira. O diretor André destaca que o processo de remoção para o campus Guarapari, comprovou-se a necessidade daquele profissional, para o caso da bibliotecária, tem que haver uma condição semelhante, destacando que no campus Montanha, que cedeu o servidor para o campus Guarapari, não houve problemas, pois as necessidades convenceram os demais servidores. O Presidente destaca que essas situações também acontecem com os processos de redistribuição. O diretor Hermes relata que a cláusula de barreira tem que ter uma força institucional, destacando que a tarefa é defini-la sem ignorar o princípio da impessoalidade. Informa que, atualmente, nada fica escondido, e que se não tiver critério, o servidor acusará a gestão de pessoalidade. O Presidente propõe que essa discussão fique adiada até a próxima reunião para que, a partir da justificativa da diretora Edna, tenha-se os argumentos suficientes para uma decisão sobre a quebra da cláusula de barreiras. O Colégio de Dirigentes concorda com a sugestão do Presidente, e a decisão sobre a quebra da cláusula de barreiras fica adida para a próxima reunião do Colégio de Dirigentes. O Presidente abre o **item 1** e informa que uma nova portaria para a ampliação de banco deverá ser publicada, pela qual serão disponibilizadas 800 vagas para todo o Brasil, com a

possibilidade de se ampliar para 1.200 no ano que vem, no entanto, solicita aos dirigentes um pouco de paciência para que o Ifes tenha ciência de quantas vagas serão disponibilizadas para a instituição, acrescentando que para técnico-administrativos serão disponibilizadas 50 vagas nacionalmente. Abre o **item 6** e passa a palavra para o pró-reitor Márcio Có que relata que os Dinters foram aprovados em 2015 e 2106 e que, em virtude da proximidade da assinatura dos termos de cooperação, é necessário que o Colégio de Dirigentes tome algumas decisões. Acrescenta que depois que a documentação for assinada, haverá distribuição de vagas, destacando que e o campus que recebe terá direito a mais vagas. Fornece informações detalhadas dos Dinters: Ensino de Ciências e Saúde, parceiro UFRJ, 10 vagas, Valor do Dinter (Ifes) R\$ 383.052,62, campus Vitória; Dinter em Engenharia Mecânica, parceiro UNICAMP, 25 vagas, valor do Dinter (Ifes) R\$ 941.885,00, campus Aracruz; Dinter em Produção Vegetal, parceiro UENF, 20 vagas, valor do Dinter (Ifes) R\$ 162.941,00, campus Alegre. Destaca a necessidade de se criar uma forma de distribuição das cotas, ou seja, quantas vagas ficariam para o campus sede e quantas vagas para os campi que possuem cursos correlacionados. O diretor Carnielli sugere que os campi que tem interesse institucional apresentem o quantitativo de vagas necessárias, depois, as vagas ociosas serão divididas entre os demais campi, propondo a elaboração de um levantamento e depois discussão no Colégio de Dirigentes. O Presidente acrescenta o estabelecimento de uma relação com a sociedade para que o dinter não seja apenas um curso de pós-graduação. Solicita que, a partir da sugestão do diretor Carnielli, seja realizada uma consulta nos campi que possuem interesse direto nos dinters, destacando que o campus deve ter ciência de que ao se manifestar favorável ao dinter há um valor a ser pago. Ressalta que essa é uma decisão dos gestores, ou seja, os diretores devem decidir a partir do montante de recursos que podem disponibilizar. Abre o **item 4** e passa a palavra para o diretor Hermes que relata ser favorável as alterações. O Colégio de Dirigentes aprova a alteração no Regimento Interno do Conselho de Gestão do campus Linhares. O Presidente abre o **item 7** e passa a palavra para o diretor Ronaldo que lê e justifica as alterações solicitadas. O Colégio de Dirigentes, sem ressalvas, aprova a alteração do Regimento Interno do Conselho de Gestão do Campus Guarapari. O diretor Ronaldo informa que o IFES está sem representatividade no CREA-ES, e solicita autorização desse Colégio para representar o Ifes como titular e o diretor Carnielli como suplente. O Colégio de Dirigentes autoriza que diretor Ronaldo e o diretor Carnielli, representem o Ifes no CREA-ES, respectivamente, como titular e suplente. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradece a presença de todos e declara a reunião encerrada. Eu, Alessandro Gonçalves de Assis, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes.